



escola de **gestores**
da educação básica

O DESAFIO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL DIANTE ÀS DIFICULDADES DA REALIDADE

Belo Horizonte

2015

SUELI MOREIRA CUSTÓDIO

O DESAFIO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL DIANTE ÀS DIFICULDADES DA REALIDADE

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Jacqueline da Silva Figueiredo do Curso de Especialista em Gestão Escolar.

Belo Horizonte

2015

SUELI MOREIRA CUSTÓDIO

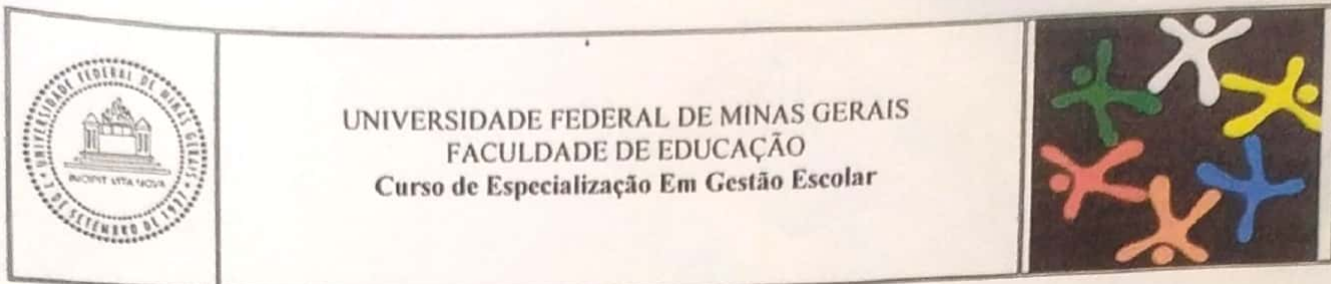
O DESAFIO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL DIANTE ÀS DIFICULDADES DA REALIDADE

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como Especialista em Gestão Escolar.

Prof.^a Jacqueline da Silva Figueiredo– UFMG

Prof. Dr.^a Micheli Virginia De Andrade Feital- UFMG

Belo Horizonte, 24 de Junho de 2015



ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Candidato: Sueli Moreira Custódio

Matricula DRCA: 2014700006

Orientador: Jacqueline da Silva F. Pereira

Às 8:00 horas do dia 01/08/2015, reuniu-se na Faculdade de Educação da UFMG a Comissão Examinadora indicada pela coordenação do Curso de Especialização em Gestão Escolar, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **O DESAFIO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL DIANTE ÀS DIFICULDADES DA REALIDADE**, como pré-requisito final para obtenção do grau de Especialista. A banca examinadora abriu a sessão e após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato. Após a apresentação de todos os trabalhos da banca, seguiu-se o julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

A banca examinadora indicou a Aprovação do candidato;

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela banca examinadora. Nada mais havendo a tratar, a Comissão Examinadora encerrou a sessão, da qual foi lavrado a presente ATA que será assinada por todos.

Belo Horizonte, 01 de Agosto de 2015.

Assinatura: Warley Machado Correia
Prof.º Warley Machado Correia (Avaliador da banca examinadora)

Assinatura: J. Pereira
Jacqueline da Silva F. Pereira (Orientador)

RESUMO

A Educação Integral diz respeito à integralidade do sujeito, ou seja, ela propõe trabalhar com o ser humano de forma mais ampla. O conceito de educação integral vai além dos aspectos da racionalidade ou cognição. Ele dá importância também ao olhar, a arte, a estética, à música, significa desenvolver as dimensões afetivas, artísticas, os valores, a saúde, o corpo. O ponto principal que o envolve tem a ver com outra lógica de aprendizagem. Objetivando a ampliação da jornada escolar na educação fundamental principalmente em escolas municipais e estaduais que apresenta baixo índice de desempenho ou localização em áreas sociais vulneráveis o programa inclui atividades num âmbito abrangendo: acompanhamento pedagógico, educação ambiental, artes, esportes e uso de tecnologias.

Palavras Chaves: Educação Integral, Mais Educação.

Integral Education concerns the integrality of the subject, that is, it proposes to work with the human being in a broader way. The concept of comprehensive education goes beyond aspects of rationality or cognition. He also gives importance to the look, art, aesthetics, music, it means developing affective, artistic dimensions, values, health, the body. The main point that surrounds it has to do with another learning logic. Aiming at expanding the school day in fundamental education, mainly in municipal and state schools that present a low performance index or are located in vulnerable social areas, the program includes activities in a scope covering: pedagogical follow-up, environmental education, arts, sports and use of technologies.

Keywords: Integral Education, More Education.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
Escola em Horário Integral.....	10
O desafio da Educação Integral diante às dificuldades da realidade.....	13
Considerações Finais.....	23
Referências	25
Anexo.....	26

A implementação da educação integral é um desafio que exige a atuação de todos os envolvidos no processo educacional, desde os gestores até os professores e os alunos. É necessário criar condições favoráveis para que a escola possa oferecer uma educação integral de qualidade, que promova o desenvolvimento integral dos alunos, considerando suas necessidades e interesses. O desafio principal é garantir a qualidade da educação integral, assegurando a formação dos professores e a adequação dos recursos materiais e humanos.

Para a implementação da educação integral, é necessário criar condições favoráveis para que a escola possa oferecer uma educação integral de qualidade, que promova o desenvolvimento integral dos alunos, considerando suas necessidades e interesses. O desafio principal é garantir a qualidade da educação integral, assegurando a formação dos professores e a adequação dos recursos materiais e humanos.

Na educação integral, não basta apenas a oferta de aulas em tempo integral. É necessário criar condições favoráveis para que a escola possa oferecer uma educação integral de qualidade, que promova o desenvolvimento integral dos alunos, considerando suas necessidades e interesses. O desafio principal é garantir a qualidade da educação integral, assegurando a formação dos professores e a adequação dos recursos materiais e humanos.

O Programa Mais Educação instituído pelo Decreto nº 7.083, de 21 de janeiro de 2010, altera as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) como uma estratégia de expansão da oferta de educação integral em escolas públicas de todo o Brasil, visando à melhoria da qualidade da educação e à formação integral dos alunos.

INTRODUÇÃO

O Programa Mais Educação (PME) retoma a temática da educação integral que é a sua essência. E com isto traz o debate entre a educação integral e a escola de tempo integral. A discussão da educação integral no Brasil tem suas raízes nas propostas de Anísio Teixeira na metade do século XX. Seu objetivo é valorizar a integração de saberes, espaços e experimentações. A busca da educação integral é superar as desigualdades sociais mantidas infelizmente pela cultura escolar.

A educação integral diz respeito a integralidade do sujeito, ou seja, ela propõe trabalhar com o ser humano de forma mais ampla. O conceito de educação integral vai além dos aspectos da racionalidade ou cognição. Ele dá importância também ao olhar, as artes, a estética, à música, significa desenvolver as dimensões afetivas, artísticas, espirituais, os valores, a saúde, o corpo. O ponto principal que o envolve tem a ver com outra lógica de aprendizagem.

Não se aprende só na escola, adquirimos cada vez mais conhecimento durante toda a vida. A relação que a educação integral tem com o espaço e o tempo é diferente da forma tradicional de educação que vemos na maioria das nossas escolas. Torna-se um desafio trabalhar ressignificação das ações pedagógicas. Para que seja plenamente trabalhada, a escola deve levar em conta a necessidade de ter mais tempo e mais desafio é trabalhar justamente com esse tempo adicional.

Na educação integral, não basta aumentar o tempo do aluno na escola. Ter mais tempo exige ter mais planejamento pedagógico para aproveitar de forma mais transversal esse tempo. A escola tem de pensar e fazer educação, não basta ter uma oficina de artes no contraturno, por exemplo, é preciso muito mais. Ela tem que dialogar mais com as crianças, com o que eles trazem nos encontros e com o contexto de suas comunidades.

O Programa Mais Educação instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7.083, de 27 de Janeiro de 2010, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Federal.

Conforme o Decreto nº 7.083/2010, os princípios da Educação Integral são traduzidos pela compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática. Por meio da Educação Integral reconhecem-se as múltiplas dimensões do ser humano e a peculiaridade do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens.

Nesse sentido, o decreto nº 6.253/07, ao assumir o estabelecido no Plano Nacional de Educação, definiu que se considera "educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo estudante permanece na escola ou em atividades escolares" (art. 4º).

Macrocampos e atividades:

- Acompanhamento pedagógico;
- Comunicação, uso de mídia e cultura digital e tecnologia;
- Cultura, artes e educação patrimonial;
- Educação ambiental, desenvolvimento sustentável e economia solidária e criativa/educação econômica;
- Esporte e lazer;
- Educação em direitos humanos;
- Promoção da saúde.

É fundamental que a escola estabeleça relações entre as atividades do Programa Mais Educação e as atividades curriculares.

Tenho como objetivo buscar compreender o programa Mais Educação e o que o determina como política pública. O principal objetivo do programa é erradicar a pobreza, a exclusão social e a marginalização cultural que prevê ações socioeducativas no contraturno escolar. É claro que apenas isso não basta, uma vez que, as realidades são diferentes de uma escola para outra, cabe a cada uma adequar as intenções do programa a sua instituição, o que não está sendo tão difícil para nós, já que as oficinas escolhidas e os nossos objetivos com o programa é

atender as crianças que realmente necessitam de uma atenção maior, e que são escolhidas nas reuniões pedagógicas.

... (text very faint and illegible)

... (text very faint and illegible)

... (text very faint and illegible)

... (text very faint and illegible)

Escola em Horário Integral

Criado em 2007, durante o segundo mandato do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, por meio de uma Portaria Interministerial, embasada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Programa Mais Educação (PME) é um dos programas criados como política de ação contra pobreza, exclusão social e marginalização cultural. Prevê ações socioeducativas no contraturno escolar para alunos do Ensino Fundamental (EF), defendendo a ideia de que a ampliação do tempo e espaços educativos seja solução para a problemática da qualidade de ensino.

A área de atuação do programa, demarcada inicialmente para atender em caráter prioritário as escolas situadas em capitais e regiões metropolitanas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e os estudantes encontram-se em situação de vulnerabilidade social – segundo o Decreto nº. 7.083/2010 (BRASIL, 2010), iniciou em 2008 com a participação de 1.380 escolas e ao longo dos anos tem sido ampliada, segundo o portal do MEC (BRASIL, 2011), alcançando em 2010 cerca de 2,3 milhões de estudantes.

Além da ampliação dos tempos escolares e dos espaços educativos para fora dos muros da escola, o Mais Educação pretende alcançar um grande leque de campo (*educação, arte, cultura, esporte, lazer*) e *perspectivas temáticas* (*direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmica de redes*).

O Programa Mais Educação utiliza metodologia de macrocampos de saber: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos e cidadania; cultura e artes; inclusão digital, comunicação e uso das mídias; promoção da saúde; alimentação e prevenção; investigação no campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica (BRASIL, 2009). Para operacionalizar a elaborar projetos pedagógicos para a educação integral, este material utiliza-se da estratégia das mandalas como uma “estratégia possível de diálogo de saberes” (BRASIL, 2009, p.25), assim esses macrocampos se interligam com os ministérios parceiros, os saberes comunitários, os saberes escolares e as áreas de

conhecimento formando a estrutura da mandala em cujo centro reside o objetivo da construção de um Projeto de Educação Integral.

A escola tem como objetivo atender crianças que necessitam de uma atenção maior, tanto na parte pedagógica quanto na social, proporcionando a ela a chance de vivenciar novas experiências, socializar e melhorar suas condições ao que se refere alimentação e higiene. A intenção não é que ela vivencie isso apenas enquanto participante do programa, mas internalize suas experiências/aprendizado enquanto foco principal e carregue para vida esse olhar diferente do programa Mais Educação.

A educação integral não pode ser vista apenas como tempo escolar ampliado. Experiências, saberes, conhecimentos devem caminhar juntos afim de *que se concretizar algo muito maior do que simplesmente uma carga horária maior* na escola, é possível pensar em uma educação que englobe formação e informação e que compreenda outras atividades não somente as conhecidas como atividades escolares. Nesse sentido, Gallo afirma que, no Orfanato Cempuis, dirigido por Paul Robin (1995, p. 112), o cotidiano escolar enfatiza:

[...] múltiplas atividades artísticas, como música, dança, escultura, pintura, literatura, não apenas para desenvolver o gosto pela produção e pela apreciação da arte mas para – além do desenvolvimento do prazer estético - exercer percepções sensitivas e habilidades manuais e corporais.

O trecho destacado evidencia o interesse pelas mais variadas formas e expressões artísticas, que devem ser vistas enquanto experiência educativa, mas também como deleite estético. Some-se aos fundamentos e práticas resgatados até o momento outra de suas preocupações – a saúde física dos alunos – além da instrução profissional, e teremos a educação integral nos moldes anarquistas.

Nesse sentido, a formação completa da criança, teria como meta a construção do adulto civilizado pronto para encarar a progressão capaz de alavancar o País. Em resumo podemos dizer que a Educação Integral se caracteriza pela busca de uma formação, a mais completa possível para o ser humano.

A extensão do horário deve construir o tempo qualitativo dentro da escola, esse tempo pressupõe uma formação mais completa para o ser humano – cidadão – aluno.

Significa pensar em uma construção de currículo em que se desenvolvam atividades de cunho cognitivo, físico e estético, alicerçadas em um horário que contemple, também, uma alimentação saudável, levando em conta – na maioria das vezes – a ausência desse alimento na mesa da família brasileira? Na mesma obra anteriormente referenciada, Anísio Teixeira (1959, p.79), reforçando sua visão de instituição escolar pública, propõe:

[...] que a escola eduque, forme hábitos, forme atitudes, cultive aspirações, prepare, realmente, a criança para a sua civilização – esta civilização tão difícil por ser uma civilização técnica e industrial e ainda mais difícil e complexa por estar em mutação permanente.

O DESAFIO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL DIANTE ÀS DIFICULDADES DA REALIDADE

Objetivando a ampliação da jornada escolar na educação fundamental principalmente em escolas municipais e estaduais que apresenta baixo índice de desempenho ou localizadas em áreas sociais vulneráveis o programa inclui atividades num âmbito abrangendo: acompanhamento pedagógico, educação ambiental, artes, esportes e uso de tecnologias.

No ano de 2013 a Escola Municipal "Recanto da Mata" foi inserida no Programa Mais Educação, instituída pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7083, de 27 de janeiro de 2010, que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. Diante desta inserção recebemos os recursos do FNDE/PDDE destinados às escolas em Tempo Integral, iniciando assim, em 2014 o atendimento de 30 (trinta) alunos do 1º ao 5º ano, que participam das atividades do programa.

Entre as atividades a serem desenvolvidas, constam até o presente momento: Horta Escolar, Cine Clube, Capoeira, Orientação de Leitura. Com a educação em tempo integral, temos como objetivo principal, estimular nossos alunos e favorecer uma educação de qualidade aprimorando sua desenvoltura e socialização.

Cavaliere (2007) relata em seu texto, Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública, que:

Caso se considere que preparar indivíduos para a vida democrática nas sociedades complexas é função da escola, o tempo integral pode ser um grande aliado, desde que as instituições tenham as condições necessárias para que em seu interior ocorram experiências de compartilhamento e reflexão. Para isso, além de definições curriculares compatíveis, toda uma infraestrutura precisa ser preparada do ponto de vista de espaços, dos profissionais e da organização do tempo. Numa escola de tempo integral, as atividades ligadas às necessidades ordinárias da vida (alimentação, higiene, saúde), à cultura, à arte, ao lazer, à organização coletiva, à tomada de decisões, são potencializadas e adquirem uma dimensão educativa. Diferentemente, a rotina otimizada e esvaziada de opções em uma escola em turno parcial, imediatamente centrada nos conteúdos escolares, dificilmente pode propiciar esse tipo de vivência. Nesse sentido, ou seja, entendendo-se mais tempo como

oportunidade de outra qualidade de experiência escolar, é que a escola de tempo integral pode trazer alguma novidade ao sistema educacional brasileiro. (CAVALIERE, 2007, p. 8 - 9).

O ambiente físico da escola não possui as condições adequadas para o atendimento dos alunos em tempo integral, pois não dispõe de uma área coberta para o desenvolvimento das atividades extraclasse. A cantina é pequena, dificultando a agilidade no processo de preparo dos alimentos, e as cantineiras precisam se desdobrar para atender aos alunos com a alimentação escolar e as três refeições destinadas aos educandos do tempo integral, associado à limpeza e organização da escola, isso somado à falta de chuveiro e à precariedade dos banheiros que não possuem espaço suficiente para o uso de todos da escola, acrescido ao processo de higienização.

Enquanto os alunos estão nas atividades do projeto os outros estão na sala de aula. No horário da merenda os 30 (trinta) alunos do programa recebem o lanche e na troca de turno o almoço, onde após, fazem a higienização e a troca de salas. No horário da merenda do turno vespertino, os alunos do programa recebem o lanche, garantindo assim, as três refeições.

Outra dificuldade encontrada refere-se aos monitores, pois na comunidade existe uma grande dificuldade em encontrar pessoas preparadas para exercê-las. Um exemplo é o professor de capoeira que precisa se deslocar da comunidade vizinha, para realizar o atendimento no programa.

Apesar de algumas dificuldades e falta de infraestrutura, procuramos adaptar o atendimento do Programa Mais Educação à nossa realidade, para que as atividades possam ocorrer da melhor forma possível, esperando que um dia essa defasagem seja suprida.

Os alunos do Programa Mais Educação além do processo de intervenção pedagógica tem uma necessidade de atenção afetiva, com isso os profissionais envolvidas no programa precisam ter perfil e também saber a finalidade e o conhecimento do programa para assim ter êxito em seu desenvolvimento. Outro fator de suma importância é conhecer a história dos alunos para que não aconteça falhas no tratar com o mesmo, pois em nossa escola temos casos de alunos que

não tem nem mesmo o necessário, onde chegam pela manhã muitas vezes sem café.

Também temos casos de alunos que não aceitam regras, são desconcentrados e muitas vezes estes praticam pequenas infrações dentro da escola como pichações, arranham carros, quebram vidros das janelas, estes casos embora sejam isolados são tratados com extremo cuidado procurando conscientizá-los e corrigi-los mostrando que todo ato tem conseqüência dentro e fora da escola para sim serem cidadãos com caráter bem formado na sociedade onde vive. Quero citar o caso de um aluno do programa que vamos chama-lo aqui de João:

“João tem 11 anos é criado pelo avô materno e a sua esposa (que não é sua avô), João tem 4 irmãos que também são criados pelo avô, que só os cria devido insistência do Conselho Tutelar pois a mãe é prostituta e o pai foi assassinado pelo tráfico de drogas. Na escola e no programa João é um desafio diário, pois seu humor é inconstante e bastante delicado, ele é agressivo e devido já ter sido abusado sexualmente este lado dele ficou bastante prejudicado e constantemente os colegas reclamam de gestos e pornografias ditas e feitas por ele. Certo dia ele levou para a escola seus calmantes que faz uso de noite e disse que ia tomar todos de uma só vez para morrer, pois não queria mais viver uma vida só sendo espancado pela família. O objetivo deste relato é enfatizar a identificação de Ana Maria Cavaliere com suas duas concepções diferentes concretizadas em experiências no Brasil, “A escola de tempo integral e o aluno em tempo integral”. A primeira se refere a mudanças no interior das unidades escolares com alunos e professores em tempo integral, a segunda fala da articulação da escola com instituições que disponibilizem atividades dos alunos no contraturno (Cavaliere, 2009). No momento nossa escola não tem nenhuma parceria nem articulação com Instituições possui apenas oficinas de arte, capoeira e literatura e é através delas que alunos como João desenvolve suas habilidades fugindo um pouco do triste contexto de como vive”.

Analisando estes elementos, podemos atrelar o termo cunhado por Kingdon (2006) onde ressalta que a constituição de uma política pública independente do seu campo, se desenvolve através de um processo político e social complexo. Observando como tais questões tornam-se problemas e como surgem

determinadas propostas, geralmente criadas por especialistas ou participantes invisíveis". Articular a realidade vivida pelos atores da escola com um resultado positivo no trabalho desenvolvido dentro da educação integral nos dá uma visão de amplitude política onde nos encaixamos no pensamento de Kingdon (2006) quando ele fala sobre participantes invisíveis na criação de propostas para novas políticas.

A ressalva contida no PNE (Plano Nacional de Educação) 10.172/2001 (além da ampliação da jornada para sete horas diárias) enfatiza que "as crianças das famílias de menor renda, devem ter no mínimo duas refeições apoio as tarefas escolares a pratica de esportes e atividades artísticas nos moldes do Programa de Renda Mínima Associado a ações socioeducativas"; vemos aqui a necessidade de maior investimento financeiro na área da educação para que a educação em tempo integral se torna uma realidade concreta nas escolas brasileiras superando desafios e se construindo a cada dia com novos idéias acompanhando as transformações do momento político do governo em vigência.

Não podemos deixar de citar o marco da mudança na educação brasileira em 2007 que foi o lançamento do PNE onde programas específicos para Educação Integral foram criados como o "Mais Educação", que tem como um dos seus pilares a intersetorialidade visto que o programa visa a "construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais".

Anízio Teixeira e Paulo Freire influenciaram nos textos do programa embora seus pensamentos seguissem linhas diferentes. O primeiro defende que a escola tenha uma função de "formar hábitos e atitudes indispensáveis ao cidadão de uma democracia" (Teixeira, 1999 p 325) questões centrais que fundamentam um documento do programa mais educação chamado passo a passo onde apresenta um conjunto de orientações para sua organização. Já Paulo Freire cita: "a escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates idéias, soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. (Pedagogia do Oprimido, 1991 p 16. Passo a Passo).

Embora haja controversas na orientação da Programação em relação ao que abrange o atendimento já que não alcança todos os alunos da escola. Daí a necessidade de concretização política deste programa; na prática temos experimentado o valor dele dentro da escola, pois os alunos que foram atendidos

demonstram uma evolução nos resultados ato ao seu desenvolvimento cognitivo. Os estudantes gostam do programa, tem prazer em ficar na escola mesmo com toda a limitação que este possui na realidade a qual fazemos parte; aqueles que não são alunos procuram sempre saber se há mais vagas disponíveis onde lista de espera é construída para futuro atendimento dependendo certamente da situação do momento.

Quando dizemos concretização da Educação em Tempo Integral é porque apenas de todo aparato legislativo o programa não se tornou uma realidade concreta. Ideias neoliberais são vistas principalmente na educação do nosso país onde o poder do Estado foi diminuído nas áreas sociais e afetando a educação desqualificando-a devido injustas políticas traduzidas por Barroso (2005) como: "neoliberalismo educativo" descaracterizando o serviço público.

A cada governo atuantes planos descontínuos são criados desacreditando a sociedade e principalmente os profissionais da educação. Gadotti (2008) reforça o descompromisso do regime de colaboração que é o compartilhamento de responsabilidades na tarefa de educação previsto no artigo 205 da Constituição Federal. O PNE tem como uma de suas metas (mais educação em tempo integral, no mínimo 50% das escolas públicas de forma a atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica. Daí vemos a ideia contraditório presente no documento: "O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)" (que corresponde a uma educação pública laica, obrigatória, gratuita e com qualidade para todos que no governo do presente Luiz Inácio Lula da Silva foi retomado e colocado em Pauta. Situações dificultosas à parte, estratégias de melhoria na educação são criados constantemente, já citamos aqui o PDE/MEC criado em 2007 com 28 ações que já avançaram para 41 a serem cumpridas nos municípios e estados.

Saviani (2008, p 22) cita: "O PNE é a primeira política pública educacional a encarar a questão da qualidade de ensino como prioridade. Mas ele é só o primeiro passo". Também tivemos a promulgação do Decreto nº 6.094, dispondo sobre o "Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação", que foi inspirado nos 200 municípios que apresentam medias superiores a 5,0 no Ideb.

Retomando a temática do "Mais Educação" sem verbosidades a educação integral na contemporaneidade é vista como possibilidade de contribuir com a qualidade do ensino público que no Brasil tem raízes nas propostas de Anísio Teixeira na metade do século XX, objetivando valorizar a integração de saberes, espaços e experimentações. É preciso um sentimento de alteridade no que diz respeito aos alunos atendidos pelo Mais Educação para assim valorizarmos as diferenças, detectarmos as necessidades de cada um de uma forma igualitária; para assim encontrarmos estratégias e recursos para colaborarmos em seu desenvolvimento num âmbito global ou seja cognitivo, psicológico e afetivo. Promover a motivação, atração e o interesse dos alunos é essencial no planejamento do trabalho no programa, pois isto colabora para a melhora na sua autoestima. Crianças que têm a oportunidade de serem alcançadas por este programa têm a oportunidade de crescer e adquirir mais conhecimentos através do que é oferecido em suas atividades como: suporte pedagógico, educação ambiental, artes, esporte e uso de tecnologias; dependendo da escola e sua realidade. Com a participação efetiva da comunidade junto ao programa a mudança no aluno é notória no que diz respeito a notas, participação e disciplina.

Um fator negativo desta ideia é a desvalorização do profissional de educação, que diante de um cenário real do cotidiano escolar tem que superar *quanto aos planejamentos e atividades como no caso de nossa escola que situa em área de difícil acesso; desprovidos de transporte que facilita seu deslocamento e também dificultando a contratação de oficinairos, a verba disponível para esses "colaboradores" é mínima, o salário do professor insuficiente e desanimador para enfrentar situações tão desgastantes no dia-a-dia, já que as crianças atendidas em sua maior parte são de camadas sociais mais necessitadas com histórico de famílias desestruturadas como a do aluno "João" citado anteriormente, daí se perceber aspectos assistencialistas existentes no decorrer das situações problemas vividas no cotidiano do mais educação. Metas indefinidas, responsabilidades não direcionadas e investimento insuficiente são falhas visíveis e presentes no andar desta carruagem chamada educação integral.*

A formação do cidadão para o exercício da cidadania se dá na família e na escola e com as transformações e mudanças sofridas diariamente na sociedade, principalmente nesta era tecnológica a qual estamos política pública direcionada é

essencial para o avanço no desenvolvimento de qualquer país, sabemos que a escola exerce um papel essencial neste processo, porém sozinha não conseguira ser esta mola propulsora nos índices de resultados positivos necessários para que o nosso país emergja. Por isso a tríade (estado-escola-família) tem que andar juntos sintonizando compartilhamentos, ações e decisões. A escola precisa deixar a tão falada frase: "Além muros" ser utopia e fazer com que seja uma realidade vivenciada pelos atores da mesma, promovendo contato com o bairro, com a cidade, com equipamentos e espaços públicos criando assim noção de direitos pertencimento e deveres contidos em uma sociedade.

Outro fator decisório para a qualidade do ensino público brasileiro alavancar são os currículos regentes que urgentemente necessitam ser analisados, discutidos e reformulados para que a erradicação do analfabetismo funcional no contexto da educação seja uma conquista. Não podemos ser arrefecidos ao que se refere a educação, principalmente no caso da educação integral, a animosidade do profissional sua capacidade de percepção no interesse do "fazer a diferença" mesmo com os fatores desanimadores é sem dúvida alguma a chave do sucesso deste grande desafio chamado de "Mais Educação". Remeter nossas expectativas a alcançarmos resultados positivos no desenvolvimento destes alunos é o que superará qualquer dificuldade encontrada no trabalho. Com a determinação e o espaço de todos os envolvidos com a visão do "Além Muros" da escola aproveitando outros locais com potencial educativo como: praças, ruas, bibliotecas, universidades, clubes, museus, teatro dentre outros proporcionará além do conhecimento, momentos de lazer e a qualificação do tempo destas crianças na escola.

Branco (2009, p 37) afirma:

Entende-se que o tempo qualificado é aquele que mescla atividades educativas diferenciadas, ao fazê-lo, contribui para a formação integral do aluno, para a superação da fragmentação e do estreitamento curricular e da lógica educativa demarcada por espaços físicos e tempo delimitados rigidamente. Nesse sentido, entende-se que a expansão do tempo – qualidade – deve ser acompanhada por uma intensidade do tempo – qualidade – nas atividades que constituem a jornada ampliada na instituição escolar. (MOLL, 2008, p 29)

O foco do PDE para educação integral é a "qualidade da aprendizagem" respeitando o tempo necessário para que esta se efetiva. (Gadotti, 2008).

As atividades voltadas a Educação Integral só são possíveis através do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) são elas: atividades de aprendizagem, culturais, artísticas, esportivas de lazer de direitos humanos, meio ambiente, inclusão digital de saúde e sexualidade escolhidos pela direção da escola para funcionarem no contraturno com turmas de no mínimo 20 e no máximo 30 alunos de diferentes idades e anos.

A execução do PNE tem como foco a escola pública e é mais uma estratégia educacional com grande expectativa política no que tange a um agente transformador na vida do ser. O estado que é para Lima e Mendes (2006, p 59) apud Gramsci a própria sociedade organizado de forma soberana e a função de duas esferas, a sociedade política (Estado em sentido estrito, Estado Coerção) a sociedade civil (Estado Ético), então se o indivíduo for bem formado desde seu nascimento até sua idade adulta com as aprendizagens fundamentadas segundo Delores nos quatro pilares da educação:

1. Aprender a conhecer;
2. Aprender a fazer;
3. Aprender a ser;
4. Aprender a viver juntos.

Assim podemos afirmar aquele velho dito popular "Melhor prevenir do que remediar". Prevenir com Educação (investimento) melhor que remediar (gastando) com segurança pública.

Daí as expectativas políticas neste programa que certamente irá colaborar para um Brasil melhor um âmbito muito extenso. O processo formativo do ser abrange uma totalidade em: sustentabilidade, mundo empresarial, mercado de trabalho, saúde e qualidade de vida tudo isso articulado com a realidade do momento. A escola que outrora era uma simples transmissora de conhecimentos sistematizados, agora vem se redefinindo e ganhando espaço nos debates políticos, educação e cultura vem deixando de formar apenas seres receptores de conhecimento a margem de sua sociedade para formar cidadãos críticos, reflexivos

conscientes dos seus direitos e deveres; e o PNE que ainda engatinha neste processo tem tudo para ser mantido e concretizado devido a importância de sua finalidade; o "investimento" em infraestrutura, formação, projetos pedagógicos é essencial para que o desenvolvimento das atividades deste programa se efetive e sua expansão transcende o fator "tempo maior dentro da escola". É preciso um olhar mais preciso para o PNE, é necessário que o estado pesquise, conheça e reaja para que o PNE amadureça com eficácia e qualidade em nossas escolas, pois este já provou ser dentre todos os programas um dos mais completos para a formação dos poucos alunos atendidos por ele.

O macro campo do PNE da nossa escola foi uma superação da nossa realidade, pois fatores aqui já descritos mostraram a precariedade do nosso cotidiano escolar; foi necessário para o funcionamento deste, um olhar além do papel político da escola em uma sociedade organizada foi preciso mesmo um certo assistencialismo social na região, um olhar de compaixão e amor, um esforço maior por parte da gestão para que o PNE fosse implantado e desenvolvido, contudo os resultados mostram que vale a pena tanto empenho e dedicação por parte da equipe para que este tempo escolar faça diferença na vida dos alunos atendidos pelo programa mesmo com toda a nossa dificuldade de estrutura no espaço da escola, onde os alunos não dispõem desse para desenvolver as atividades que são propostas. Já que usar simplesmente o refeitório da escola se tornou inviável para a quantidade de crianças atendidas.

O conceito de educação o qual baseamos é o de formar informando. Anísio Teixeira (2007, p 100) nos revela o conceito de educação quando diz que "é necessário retirar todo o aspecto formal herdado de um conceito de escolas regulados apenas pela lei e por toda sua parafernália formalística.

Precisamos entender a distinção e a aproximação entre os conceitos de Educação Integral segundo Ana Cavaliere (2010) e a Escola de Tempo Integral, conforme Jaqueline Moll (2010). A primeira enfatiza que é uma "ação educacional que envolve diversas e abrangentes dimensões da formação dos indivíduos. Já o segundo conceito se refere a educação escolar num sentido de religião entre a "ação internacional" da escola e a vida no sentido amplo. (Cavaliere, 2010). Daí o vínculo entre os dois termos.

Expandir o horizonte do conhecimento dos alunos é o ponto culminante do PNE. O conjunto de vivências, linguagens e conhecimentos disciplinares incorporados ao currículo por legislação, iniciativas locais, por políticas intersetoriais e outras iniciativas estão em curso para auxiliar a construção de projetos político pedagógico de Educação Integral. A organização quanto a divisão da vida escolar em turnos fixos, onde as disciplinas tradicionais efetivam o desenvolvimento rígido dos currículos vigentes precisa ser revista para que o tempo dos alunos na escola se torne menos tradicional e mais agradável.

Enfrentar a desigualdade social no contexto educacional é uma árdua tarefa e com a criação deste programa vemos uma positividade para celebração desta. Por isso a educação integral neste momento histórico foi retomado com tanta supremacia, pois o aluno que tem um tempo maior de qualidade de ensino acarreta em um cidadão mais preparado para o mercado de trabalho no meio em que vive podendo gozar de condições melhores de vida e consciente de que todo ato de delito traz prejuízo num todo podendo querer se desviar de práticas criminais e trilhar caminhos comportamentais corretos para seu benefício e de sua sociedade.

Em relação às práticas educacionais, visando que elas, em acordo com o perfil do aluno, não sejam de natureza apenas - hierarquizada, caracterizada por uma visão profissionalizante. Isso deve levar a uma visão de qualidade não só o que é pedido nos currículos, mas também levar em conta as experiências vividas com os alunos e também com a comunidade a qual o aluno está inserido.

No programa novas demandas serão a serem atendidas, com novas abordagens curriculares, bem como novas oportunidades educacionais, buscando a participação de todos envolvidos, bem como a prática educacional na sua essência. O objetivo principal do programa é o desenvolvimento do aluno, com a inclusão social, visando a formação integral do cidadão e a melhoria da qualidade social e cultural não apenas a nível escolar, mas também a nível da comunidade onde o aluno está inserido.

Não apenas melhorar o que já existe, mas também buscar a melhoria contínua, a fim de que todos possam ter acesso à educação integral, e assim a qualidade de vida de todos seja melhorada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que a ampliação da jornada escolar, realizada de maneira qualitativa e planejada interativamente entre turno e contraturno, forneça oportunidades para que os educandos vivenciem experiências diversificadas para o seu sucesso escolar e desenvolvimento humano.

Apesar do pouco tempo do programa na escola, não posso deixar de destacar os avanços que já se foi notado nas crianças. Tanto na disciplina, na socialização e dentro da sala de aula. Também é possível sentir a diferença nas conversas com pais, uma vez que, esses relatam que em casa as crianças passaram a ser mais cooperativas, atenciosas, sossegadas e com um interesse maior nas atividades escolares e familiares.

Procuramos voltar à atenção do programa não só para as práticas curriculares, mas as vivências do dia a dia, já que fora da escola é que necessitarão de colocar em prática o que foi passado pelo programa.

Em relação às práticas educativas, entendo que elas, em acordo com Tardif (2002), são oriundas de saberes plurais e heterogêneas consolidadas ao longo da trajetória profissional docente. Onde esses devem carregar nos seus anos de docência não só o que é pedido nas propostas curriculares, mas, também levar em conta as experiências vividas com as crianças e também com a comunidade a qual a escola está inserida.

No programa novas demandas ligadas a jornada ampliada, aos novos espaços educativos, bem como novas oportunidades educativas, baseadas em preceitos de escola educadora, tem transformado as práticas educativas na sua essência. O esforço estendido na direção do estabelecimento do diálogo entre os saberes escolares advindo de práticas educativas tem fomentado a relação entre conteúdo escolar e contexto sócio cultural. É uma proposta do programa que tem sido facilmente aplicada na nossa escola.

Não saberia explicar em que ponto exatamente estamos conseguindo acertar, o fato é que, temos um escola pequena na estrutura física, e esse é o nosso

maior problema, mas em contrapartida temos um número pequeno de alunos e podemos dar atenção a todos.

No avanço podemos destacar a oportunidade que a jornada ampliada proporciona aos alunos que apresentam dificuldades escolares. As atividades de letramento, matemática, entre outras, acabam por melhorar a autoestima desses alunos e os encorajam a persistir no aprendizado, refletindo em seus processos educativos. O lúdico nas práticas educativas incentiva esses alunos, pois diminui o ranço advindo de um imaginário social de que a matemática ou a língua portuguesa são difíceis, desinteressantes ou desagradáveis.

Outro aspecto bastante importante é destacar o trabalho nas turmas de tempo integral com os saberes diferenciados. Nesse sentido, o ganho desses conteúdos e valores é *incomensurável para a afirmação da cultura dos direitos humanos e para promoção da cultura e da paz.*

O diálogo efetivo, coordenado e supervisionado entre coordenadores, professores e monitores é outro desafio. Por fim, não devemos esquecer que acreditar na escola pública, laica, universal e democrática. Deve ser um pressuposto que nos fortalece a seguir em frente e ressignificar esta máxima de Gramsci (2000), por vezes tímida em nosso dia a dia educativo: devemos agir com o pessimismo da inteligência e o otimismo da vontade. Tal máxima, para o trabalho do educador, faz diferença.

REFERÊNCIAS

RODRIGUES, Cibele Maria Lima; VIANA, Lara Rodrigues; BERNARDES, Júliade Araújo. **O Programa Mais Educação: breve análise do contexto político e dos pressupostos teóricos**. Pernambuco, Brasil.

SANTOS, Áurea; NETO, Gabriel Paes. **A Gestão Pedagógica do Programa Mais Educação um olhar a partir da experiência da EEFM Prof.^a Teodora Bentes**. Pará, Brasil.

LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; MOLL, Jaqueline. **Programa Mais Educação: avanços e desafio para uma estratégia indutora da Educação Integral e em tempo integral**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 45, p. 91-110, jul./set. 2012. Editora UFPR.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em 29/06/2014.

GARCIA, Lenise Aparecida Martins. **Os pilares da educação, segundo a UNESCO**. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0023c.html>. Acesso em 24/06/2015.

Manual Operacional de Educação Integral. Diretoria de Currículos e Educação Integra, Brasília/DF, Brasil, 2013, p. 4-10.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. **História(s) da educação integral**. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009.

ROSA, Viviane Silva da. **O Programa Mais Educação como política pública nacional de Educação Integral**. IX ANAPED SUL Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul 2012.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. **A Trajetória da Escola em Tempo Integral no Brasil: Revisão Histórica**. Universidade de Passo Fundo.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
“OLEGÁRIO MACIEL”

NILVÂNIA DE CÁSSIA PAIXÃO SOUZA
SÉRGIO LOPES DE QUEIROZ
SUELI MOREIRA CUSTÓDIO

**NILVÂNIA DE CÁSSIA PAIXÃO SOUZA
SÉRGIO LOPES DE QUEIROZ
SUELI MOREIRA CUSTÓDIO**

**BELO HORIZONTE, 2014
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
"OLEGÁRIO MACIEL"**

Projeto Político Pedagógico apresentado como
requisito necessário para conclusão das atividades

desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do Professor Sérgio Silva do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	29
HISTÓRICO.....	30
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	32
1.1 Filosofia da Escola.....	34
1.2 Missão da Escola.....	34
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	34
2.1 Estrutura Organizacional Física e Administrativa.....	35
2.2 Recursos Financeiros.....	36
2.3 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	37
3. CURRÍCULO.....	38
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	42
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	44
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	46
7. AVALIAÇÃO.....	48
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
9. REFERÊNCIAS.....	53

INTRODUÇÃO

Analisando a estrutura física, administrativa e pedagógica da Escola Municipal “Olegário Maciel”, levando em consideração seu corpo docente e discente, a comunidade em que está inserida e todas as pessoas envolvidas no processo de ensino aprendizagem, visualizamos a importância fundamental do Projeto Político Pedagógico para a instituição de ensino. Por muitos anos não tínhamos noção da dimensão do Projeto Político Pedagógico para a estruturação e organização da escola. Hoje, sabemos da sua importância como um instrumento orientador, sendo este o coração e a identidade da instituição escolar.

O Projeto Político Pedagógico é o instrumento norteador para as tomadas de decisões, quando elaborado em conjunto com a comunidade escolar, onde através da participação de todos, consolidará esta ação em um instrumento transformador da realidade da escola. Souza (2005), nos leva a refletir sobre o planejamento e o trabalho coletivo, descrevendo que:

As diversas alternativas de democratização que vêm sendo praticadas país a fora, por vezes, esbarram na própria institucionalização da ideia, a ponto de a forma tomar o lugar do conteúdo, ou seja, a busca pela ampliação do diálogo e da participação das pessoas na gestão da escola e da educação pública se transforma na simples organização formal de espaços de representação, os quais, por mais importantes que sejam, não são suficientes para levar a termo o necessário avanço democrático. (SOUZA, 2005, p. 1).

A escola deve ser um local de diálogo e interação entre os indivíduos e o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico é uma ação que precisa priorizar a democratização, o diálogo e as tomadas de decisões de forma conjunta, considerando a participação da família. Diante desta ação conjunta abrem-se os portões da escola, onde alunos, pais e professores são convidados a fazerem parte dos conselhos escolares, tornando assim, a responsabilidade compartilhada. Como nos relata Souza (2005), quando descreve que:

De pouco vale a criação de conselhos e conferências e eleições se não há disposição dos profissionais que atuam na escola ou no sistema de ensino, ou dos estudantes e seus familiares, ou mesmo da sociedade em geral, na edificação de espaços para o diálogo, nos quais todos, independentemente de condição social ou vínculo com a educação, possam participar, opinando e tendo suas opiniões ouvidas e respeitadas. (SOUZA, 2005,p. 4).

O Projeto Político Pedagógico deve ser visto como a identidade da escola, procurando enraizar nos membros que atuam no ambiente escolar a disposição necessária para o processo de ensino aprendizagem, buscando dialogar e interagir com todos os envolvidos no processo educacional, onde as opiniões sejam respeitadas, estando todos os acordos relatados no documento que caracteriza a escola, que é o Projeto Político Pedagógico.

HISTÓRICO

A Escola Municipal “Olegário Maciel” recebeu este nome em homenagem a “Olegário Dias Maciel”, político brasileiro nascido em Bom Despacho - Minas Gerais, em 06 de outubro de 1.855, pertencente a uma família influente nas lutas políticas do Estado Montanhês.

A Escola Municipal “Olegário Maciel” integra-se à Rede de Ensino Municipal de Esmeraldas, recebendo sua autorização de funcionamento como unidade de ensino de 1º grau (1ª a 4ª série), através da Lei Municipal nº 467/1967. Port. Aut. Nº 061/80 - Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Port. Aut. Nº 23/2.011 - Ensino Infantil. Localizada na Avenida Um, Nº 1.956 - Vale Bom Jesus, Esmeraldas, MG. Possuindo o E - mail: emolegariomaciel@yahoo.com.br, com a Caixa Escolar denominada, Caixa Escolar “Olegário Maciel”, tendo o CNPJ de nº 07.508.601/0001 – 59.

Na escola supracitada atendemos uma média de 60 alunos da Educação Infantil ao 5º Ano das séries iniciais do Ensino Fundamental e 30 alunos do 1º ao 5º Ano no Programa Mais Educação, com um total de 12 funcionários, sendo 07 do corpo docente e 05 do administrativo.

O espaço físico da Escola Municipal "Olegário Maciel" é composto por três salas de aula, dois banheiros, uma diretoria/secretaria, uma biblioteca, uma cozinha com depósito de mantimentos, um depósito de matérias, um refeitório, pátio e campo.

Na referida escola, atendemos aos alunos da Educação Infantil (1º e 2º período) e aos alunos do 1º ao 5º Ano, das séries iniciais do Ensino Fundamental, com um sistema de ensino organizado em séries, com processo de transição para o sistema de ciclos, onde o regimento está sendo reestruturado.

No Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal "Olegário Maciel" (2014), está descrito sobre a comunidade onde a escola está inserida que:

A Escola Municipal "Olegário Maciel", esta inserida numa comunidade onde as condições socioeconômicas são relativamente favoráveis ao meio em que vivem. Tratando – se de zona rural, as questões básicas como emprego, moradia, lazer e saúde estão bem encaminhadas. As atividades que os alunos praticam fora do ambiente escolar giram em torno de festas religiosas, eventos populares e programas de TV. A maioria dos trabalhadores exerce suas funções em sítios, na pousada, na fábrica de iogurte, no condomínio e na cidade, sendo que a minoria exerce atividades em propriedades rurais e o índice de desemprego é pequeno. A presença das mães no mercado de trabalho é um acontecimento social comum, embora a maioria não possua qualificação profissional claramente definida. O nível de escolaridade da comunidade varia do analfabetismo ao ensino fundamental e médio. De modo geral, em seu convívio familiar, as crianças têm pouco acesso ao conhecimento sistematizado, sendo assim, é confiada à escola uma educação cultural dinâmica e atualizada. A comunidade conhece e vivencia os esforços dos profissionais da educação para alcançarem com êxito os objetivos propostos. (Projeto Político Pedagógico da E. M. "Olegário Maciel", 2014, p. 16).

De uma forma geral, nossos alunos ainda são muito tranquilos, devido ao ambiente rural em que vivem afastados das grandes agitações dos centros urbanos. Atendemos aos alunos na faixa etária de 04 a 10 anos e não possuímos grandes problemas referentes à indisciplina.

No texto, A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola, Oliveira (2010), descreve que:

Há de se discutir, portanto, o sentido do que seja o PPP. Gadotti (1994) observa que fazer um projeto significa lançar-se para frente, antever o futuro. O projeto é, pois, um planejamento em longo prazo, atividade racional, consciente e sistematizada que as escolas realizam para traçarem a sua identidade como organização educativa. Nesta direção, Veiga (1996; 1998) nos faz perceber que o PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola. (OLIVEIRA, 2010, p. 1 - 2).

Neste sentido, procuramos estabelecer, com o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal "Olegário Maciel", estruturas que forneçam meios de desenvolvimento educacional à referida escola, buscando a garantia de um ensino de qualidade para os nossos educandos, de forma participativa, em vias de uma gestão democrática.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

Pensar sobre as finalidades da escola, nos leva a refletir sobre o que está escrito no art. 205 de nossa Constituição Federal de (1988), onde consta que:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 69).

Nesta perspectiva, na Escola Municipal "Olegário Maciel", buscamos meios para garantir o pleno desenvolvimento não só dos nossos alunos, mas de toda a comunidade escolar, procurando aprimorar o exercício da cidadania, bem como a qualificação para o trabalho.

No Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal "Olegário Maciel" (2014), está descrito na missão da escola que:

O papel desempenhado pela equipe de educadores da Escola Municipal "Olegário Maciel", no processo educacional, tem como objetivo principal oferecer um ensino de qualidade para que o aluno possa se tornar um cidadão crítico e participativo na sociedade. Pela qualidade das posturas administrativas e pedagógicas ministradas na escola, buscamos proporcionar ao educando uma formação que

possa garantir o desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de autorrealização, capacitando-o para enfrentar as dificuldades e solucionar problemas do seu cotidiano. (Projeto Político Pedagógico da E. M. "Olegário Maciel", 2014, p. 6).

Percebe-se que o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal "Olegário Maciel", busca qualidade no processo de ensino aprendizagem, contudo, observa-se que há dificuldades em relação aos nossos alunos que estão inseridos na área rural e que o dia-a-dia, muito difere dos alunos dos grandes centros urbanos. Por isso, procuramos desenvolver um trabalho que possa inseri-los no mundo globalizado e tecnológico orientando-os sobre as necessidades de uma formação de qualidade para que possam ter condições para pleitear uma melhor colocação no mercado de trabalho.

Nos princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal "Olegário Maciel" (2014), consta que:

Como espaço específico do saber, abrimos perspectivas para formação do cidadão enfocando: Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Valorização da experiência extra – classe e extra – escolar; Enriquecimento da bagagem sociocultural dos alunos a partir das interações com a realidade; Busca constante de condições e oportunidades de crescimento para que, não só o aluno torne – se capaz de exercitar sua condição de cidadão, mas também os educadores e todas as pessoas da comunidade que participam do processo escolar. (Projeto Político Pedagógico da E. M. "Olegário Maciel", 2014, p. 7).

Desta forma, procuramos exercer uma política de educação que envolva a totalidade, onde a escola sendo um ponto de apoio à comunidade possa desempenhar não só o seu papel institucional, mas estender sua ação social, dando apoio à comunidade onde está inserida. Neste sentido, Cury (2006), ao referenciar o artigo 205 da nossa Constituição Federal, descreve que:

Como se trata de um direito reconhecido é preciso que ele seja garantido e, para isto, a primeira garantia é que ele esteja inscrito no coração de nossas escolas cercado de todas as condições. (CURY, 2006, p. 3).

Diante desta colocação, podemos refletir com base no fato de que não basta apenas constar em lei os direitos do cidadão, mas é preciso que ele seja garantindo, estando inscrito em nossos corações, para que possamos

desempenha-lo e desta forma proporcionar às nossas escolas as condições necessárias para exercer a sua finalidade com base nas exigências da atualidade.

1.1 Filosofia da Escola

Como filosofia a Escola Municipal "Olegário Maciel", determina-se a:

Criar uma cultura avaliativa com uma nova forma de entender a escola e sua função, deixando de ser apenas uma classificação de alunos, para se tornar um espaço de vivência, aprendizagem e de construção do conhecimento, utilizando-se para isso, de um trabalho coletivo. (Projeto Político Pedagógico da E. M. "Olegário Maciel", 2014, p. 5).

1.2 Missão da Escola

A Escola Municipal "Olegário Maciel" tem como missão, procurar:

Oferecer um ensino de qualidade para que o aluno possa se tornar um cidadão crítico e participativo na sociedade, buscamos proporcionar ao educando uma formação que possa garantir o desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de autorrealização, capacitando-o para enfrentar as dificuldades e solucionar problemas do seu cotidiano. (Projeto Político Pedagógico da E. M. "Olegário Maciel", 2014, p. 6).

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Sabemos que a qualidade do ensino aprendizagem de uma escola, está diretamente ligada à sua estrutura organizacional administrativa e pedagógica, pois são através destas estruturas que serão geradas as condições para o bom êxito e desempenho do processo educacional. Na unidade escolar em que atuamos, temos como função e responsabilidade a formação integral dos alunos que nos são confiados, com a missão de lhes oferecer um ensino de qualidade, procurando estabelecer condições e estímulos para favorecer o seu bom desempenho.

2.1 Estrutura Organizacional Física e Administrativa

A Escola Municipal "Olegário Maciel" funciona em prédio próprio com três salas de aula permanente, uma biblioteca, uma diretoria/secretaria, um depósito de merenda, um depósito de materiais e utensílios, uma cantina, dois banheiros para uso dos alunos e funcionários, uma varanda, um refeitório, um pátio, um palco para apresentações artísticas, um campinho de futebol com parquinho e uma horta com jardim.

As salas de aula são equipadas com lousa e armário, ventilador, mesas e cadeiras para professores e alunos. A cantina com fogão, geladeira, freezer, liquidificador, prateleira, micro-ondas, forno e utensílios como panelas, pratos, copos, garfos e colheres. A secretaria/diretoria está equipada com armário, arquivos, mesas, cadeiras, aparelho de som, ventilador, computador e impressora. A biblioteca com um mine acervo bibliográfico, material didático pedagógico, televisor com parabólica e aparelho de DVD, computador, impressora, ventilador, prateleiras, mesas e cadeiras, armário e arquivo. Ainda constituem-se aos bens da escola, bebedouros, mesas e bancos do refeitório, escada, cortador de grama, bombas de cisterna e micro system, possuindo assim, na escola uma infraestrutura capaz de atender as suas necessidades.

O quadro da Escola Municipal "Olegário Maciel" é composto atualmente por doze funcionários, sendo destes, sete do corpo docente e cinco do administrativo. Os cursos de capacitação, repassados pela Secretaria Municipal de Educação, tem participação efetiva dos funcionários da escola devido ao interesse de atualização.

Entre o nível de formação dos profissionais da escola, encontram-se quatro com curso superior completo, três com superior em curso, dois com ensino médio e três com o ensino fundamental.

2.2 Recursos Financeiros

A Escola Municipal "Olegário Maciel" possuiu a Caixa Escolar denominada Caixa Escolar "Olegário Maciel", com o CNPJ de nº 07.508.601/0001 – 59, criada em 2005. Desta forma recebemos recursos do FNDE/PDDE – Manutenção da Caixa Escolar e pelo fato da escola estar inserida no Projeto Escola Ativa que visa a melhoraria no Processo de Ensino Aprendizagem das Escolas do Campo, a escola recebeu em 2011, o recurso do FNDE/PDDE – Escola do Campo e em 2014 fomos beneficiados com a verba referente ao FNDE/PDDE - Estrutura/Escola Acessível destinada às escolas que possuem a sala de recursos multifuncionais.

No ano de 2013 a escola foi contemplada com recursos para o Programa Mais Educação do FNDE/PDDE – Escola Integral e entre estes recursos financeiros, contamos ainda com a arrecadação feita na festa junina.

Aliada a várias dimensões, as questões financeiras contribuem para a qualidade da educação. Neste sentido, Dourado, Oliveira e Santos (2009), nos informam que:

Estudos, avaliações e pesquisas mostram que a Qualidade da Educação é um fenômeno complexo, abrangente e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento da variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, e muito menos, pode ser apreendido sem tais insumos. Estes documentos ressaltam, ainda, a complexidade da Qualidade da Educação bem como a sua mediação por fatores e dimensões extraescolares, bem como intraescolares. (DOURADO, OLIVEIRA E SANTOS, 2009, p. 6).

Diante desta colocação, podemos observar as múltiplas dimensões que envolvem o ambiente escolar, estando interligadas de tal forma que uma depende da outra para que juntas, possam gerar as condições necessárias para o bom êxito e desempenho do processo educacional.

2.3 Estrutura Organizacional Pedagógica

A Escola Municipal "Olegário Maciel", não possui problemas relacionados com a quantidade de vagas e ingresso na escola, pois nossa demanda é restrita, mantendo um faixa de mais ou menos sessenta alunos. É preciso ressaltar que todos os anos o cadastro escolar é feito, para que se possa ter uma estimativa das matrículas para o ano seguinte.

Os alunos são enturmados por faixa etária, em seus respectivos anos, podendo ser as salas multisseriadas ou não, dependendo da quantidade de alunos, que varia entre o mínimo de oito e o máximo de vinte por turma, sendo destinado a cada turma um professor regente, que desenvolve as atividades com as disciplinas de português, matemática, ciências, educação religiosa, artes e literatura, um professor do tempo pedagógico que trabalha com as disciplinas de história e geografia e o professor de educação física.

A escola funciona no turno matutino, atendendo aos alunos do 3º ao 5º ano e no turno vespertino, com os alunos da Educação Infantil (1º e 2º período) e os alunos do 1º e 2º ano, ressaltando que destes alunos, trinta do 1º ao 5º ano, participam do Programa Mais Educação, permanecendo na escola em tempo integral.

As reuniões pedagógicas entre professores e a direção ocorrem conforme estipulado no calendário escolar de acordo com as necessidades da escola. Quando necessário, aproveitamos o dia do planejamento do professor para as intervenções individuais.

As reuniões com a comunidade ocorrem sempre no início do ano letivo, para as deliberações do currículo escolar, no final do ano letivo para o encerramento, após o fechamento dos bimestres para a avaliação do desempenho educacional e em convocações individuais quando as intervenções são

necessárias. Também procuramos aproveitar sempre os eventos estudantis para esclarecimentos e o uso constante de bilhetes para os informes.

Quanto ao planejamento pedagógico, seguimos as orientações da Proposta Pedagógica do município que foi elaborada em conjunto como os professores e pedagogas da Secretaria Municipal de Educação de Esmeraldas, que são repassadas em reuniões de capacitação para os docentes. Além da Proposta Pedagógica, seguimos nossa rotina de trabalho desenvolvida na escola e adequada de acordo com a nossa realidade, tendo o professor autonomia para desenvolvê-la, com a orientação e o acompanhamento da direção escolar, visto que no quadro da escola não possuímos o pedagogo e nem o supervisor ou orientador, considerando importantes os níveis de planejamento, tanto individual quanto coletivo. Ao se pensar nesta maneira de planejar, cabe referendar Souza (2005), quando descreve que:

"Seria possível, então, pensar uma concepção de planejamento educacional articulada, de fato, a princípios democráticos comprometidos com um projeto de educação emancipatório? Que pressupostos e métodos deveriam estar contidos nessa concepção? Certamente entre esses pressupostos e métodos estariam: a construção de uma direção política e pedagógica de forma transparente e coletiva; o diagnóstico e as prioridades dela resultantes definidos de forma participativa, extensiva a todos os aspectos da ação educacional: financiamento, currículo, avaliação etc.; o conhecimento amplo da realidade para a qual se planeja; a definição de objetivos de forma consistente e articulada às ações; o acompanhamento sistemático e coletivo das ações implementadas, com o fim de redirecionamento, sempre que necessário; e, sobretudo, a construção da autonomia das escolas, pautada em um projeto educativo consensual, comprometido com uma educação emancipatória". (SOUZA, 2005, p. 3).

Desta forma podemos refletir sobre uma proposta de planejamento articulado, de forma democrática, transparente e coletiva, onde a escola englobe a totalidade, com objetivos e ações que possam gerar autonomia para o desenvolvimento das atividades escolares. Esta é a proposta que procuramos vivenciar na Escola Municipal "Olegário Maciel", buscando fornecer aos nossos alunos uma educação de qualidade pautada nas exigências da atualidade.

3. CURRÍCULO

Na Escola Municipal "Olegário Maciel" e em toda a rede municipal de ensino de Esmeraldas, recebemos as diretrizes curriculares que nos são repassadas pela Secretaria de Educação do Município. Contudo, ao refletirmos sobre o que nos diz Sacristan (2000), constatamos que:

As indagações sobre o currículo presentes nas escolas e na teoria pedagógica mostram um primeiro significado: a consciência de que os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos. São uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. Conhecimentos e práticas expostos às novas dinâmicas e reinterpretados em cada contexto histórico. As indagações revelam que há entendimento de que os currículos são orientados pela dinâmica da sociedade. Cabe a nós, como profissionais da Educação, encontrar respostas. (SACRISTAN, 2000, p. 9).

Endossando o que Sacristan (2000) nos diz que "os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos", procuramos nesta perspectiva desenvolver um trabalho que seja articulado dentro da realidade e das necessidades dos nossos educandos, após realizarmos uma sondagem e um diagnóstico que relate as suas necessidades.

No município de Esmeraldas a Proposta Curricular foi elaborada e reformulada em reuniões com professores e pedagogos, com o objetivo de auxiliar na execução do trabalho pedagógico nas escolas, baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, nos Cadernos do CEALE/UFMG e na Matriz Curricular da SEEMG, justificando-se pela presença dos eixos, temas e habilidades das matrizes de referência das avaliações externas, SIMAVE, PROEB, SAEB e ANRESC, por influenciar decisivamente na qualidade do ensino do município.

No Município de Esmeraldas, procuramos trabalhar de forma articulada onde todas as escolas possam estar interligadas com a mesma Proposta Curricular, não se diferenciando muito umas das outras. Como a Proposta Curricular foi elaborada e reformulada a muitas mãos, existe essa consonância com as realidades aparentes, auxiliando a execução do trabalho pedagógico com base nos eixos que retratam as exigências atuais.

No Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal "Olegário Maciel" (2014), em seus fundamentos e aspectos legais, consta que:

O Ensino Fundamental, com duração de 09 anos, obrigatório e gratuito, tem como objetivo a formação básica do aluno mediante: O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; A compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia das artes e dos valores, em que se fundamenta a sociedade; O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista, a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; O fortalecimento dos vínculos familiares e dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca, em que se baseia a vida social. (Projeto Político Pedagógico da E. M. "Olegário Maciel", 2014, p. 8).

Desta forma, como profissionais da educação, procuramos desenvolver, conforme o ensino proposto pela LDB, uma educação que propicie a todos a formação básica para o exercício da cidadania.

Ao realizar uma reflexão sobre a prática do dia-a-dia da escola, Sacristan (2000) nos informa que:

Cabe destacar que a palavra currículo tem sido também utilizada para indicar efeitos alcançados na escola, que não estão explicitados nos planos e nas propostas, não sendo sempre, por isso, claramente percebidos pela comunidade escolar. Trata-se do chamado currículo oculto, que envolve, predominantemente, atitudes e valores transmitidos, subliminarmente, pelas relações sociais e pelas rotinas do cotidiano escolar. Fazem parte do currículo oculto, assim, rituais e práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos, modos de organizar o espaço e o tempo na escola, modos de distribuir os alunos por agrupamentos e turmas, mensagens implícitas nas falas dos (as) professores (as) e nos livros didáticos. São exemplos de currículo oculto: a forma como a escola incentiva à criança a chamar a professora (tia, Fulana, Professora etc.); a maneira como arrumamos as carteiras na sala de aula (em círculo ou alinhadas); as visões de família que ainda se encontram em certos livros didáticos (restritas ou não à família tradicional de classe média). (SACRISTAN, 2000, p. 18 - 19).

Diante desta colocação, consideramos o trabalho desenvolvido com os temas transversais, na Escola Municipal "Olegário Maciel", englobado dentro do chamado currículo oculto, que faz parte do desenvolvimento educacional, na busca de propiciar aos nossos alunos uma educação de qualidade que possa garantir a eles uma visão de mundo, dentro da atualidade que nos envolve.

Na Escola Municipal "Olegário Maciel" nós não adotamos a metodologia de trabalho com projetos longos, pois nos orientamos pela Proposta Pedagógica e pelo livro didático, aplicando as atividades pertinentes. Mas, de acordo com as necessidades, elaboramos pequenos projetos com atividades para serem desenvolvidas conforme o tema em vigor, seguindo a rotina da escola em articulação com o calendário escolar, com as datas comemorativas, eventos e outros que possam surgir, dentro dos cursos de capacitação, intervenções ou necessidades aparentes, como quadrilha, copa, programa semeando, feira, Folclore, PIP, Pro Letramento, PNAIC, Escola Ativa, OCEMG entre outros.

No ano de 2013 a escola foi inserida no Programa Mais Educação, instituída pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7083, de 27 de janeiro de 2010, que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral.

Em nosso plano de atendimento, desenvolvemos as atividades com os alunos do 1º ao 5º ano, totalizando 30 alunos atendidos.

Entre as atividades a serem desenvolvidas, constam até o presente momento: Memória e história das comunidades tradicionais / capoeira; Cultura, artes e educação patrimonial / brinquedos e artesanato regional; Esporte e lazer / recreação e lazer / brinquedoteca e etnojogos; Acompanhamento pedagógico (obrigatório) / campos do conhecimento.

Com a educação em tempo integral, temos como objetivo principal, estimular nossos alunos e favorecer uma educação de qualidade aprimorando sua desenvoltura e socialização.

Na Escola Municipal "Olegário Maciel" já houve um trabalho com a Educação de Jovens e Adultos, com um currículo específico para suas necessidades, conforme nos foi repassado pela Secretaria Municipal de Educação de Esmeraldas. Como a escola é de difícil acesso no período noturno, tanto para

os alunos quanto para os educadores, a oferta foi extinta com a colação da última turma. Visto que, começamos com quarenta alunos e terminamos com apenas quatro e pelo fato de possuímos na localidade o escolar que transporta os alunos para outra escola do município que oferece este atendimento especializado, não justificando a permanência e o gasto com a oferta, em nossa unidade escolar.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Na Escola Municipal "Olegário Maciel" como em toda rede municipal de ensino de Esmeraldas, o ano letivo está organizado em bimestres, sendo as disciplinas articuladas de acordo com o Plano Curricular. Para a Educação Infantil, consta a duração de módulo de 30 minutos, a regência de turma em 4 horas, com um total de 200 dias letivos e uma carga horária de 800 horas. Para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a duração do módulo é de 60 minutos, com um total de 200 dias letivos e uma carga horária de 800 horas.

Para o trabalho com as disciplinas é feito uma divisão das matérias em determinados dias, buscando comodidade aos alunos para que não tenham que carregar a mochila com todo o material, organizando o tempo escolar de forma a proporcionar o planejamento da professora regente, bem como os horários estipulados para a educação física e as aulas da professora do tempo pedagógico.

O atendimento no Turno Matutino é realizado para os alunos do 3º ao 5º Ano, sendo a entrada às 07 horas e 20 minutos, o recreio às 09 horas e 40 minutos, com duração de 20 minutos e a saída às 11 horas e 40 minutos. No turno vespertino, atendemos à Educação Infantil (1º e 2º Período) e ao 1º e 2º Ano, sendo estes multisseriados, com a entrada às 12 horas, o recreio às 14 horas, com duração de 20 minutos e a saída às 16 horas e 20 minutos.

Como descrito no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Esmeraldas, Lei nº 2364/2011, a carga horária semanal de trabalho do servidor

que ingressar em cargo das carreiras dos Profissionais de Educação Básica, descrito no Art. 25, será de vinte e quatro horas semanais, para as carreiras de Professor de Educação Básica e Pedagogo.

No ano de 2013, iniciamos os trabalhos com os alunos do tempo integral. Cavaliere (2007) relata em seu texto, Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública, que:

Caso se considere que preparar indivíduos para a vida democrática nas sociedades complexas é função da escola, o tempo integral pode ser um grande aliado, desde que as instituições tenham as condições necessárias para que em seu interior ocorram experiências de compartilhamento e reflexão. Para isso, além de definições curriculares compatíveis, toda uma infraestrutura precisa ser preparada do ponto de vista de espaços, dos profissionais e da organização do tempo. Numa escola de tempo integral, as atividades ligadas às necessidades ordinárias da vida (alimentação, higiene, saúde), à cultura, à arte, ao lazer, à organização coletiva, à tomada de decisões, são potencializadas e adquirem uma dimensão educativa. Diferentemente, a rotina otimizada e esvaziada de opções em uma escola em turno parcial, imediatamente centrada nos conteúdos escolares, dificilmente pode propiciar esse tipo de vivência. Nesse sentido, ou seja, entendendo-se mais tempo como oportunidade de outra qualidade de experiência escolar, é que a escola de tempo integral pode trazer alguma novidade ao sistema educacional brasileiro. (CAVALIERE, 2007, p. 8 - 9).

Sabemos que o nosso espaço escolar não tem as condições necessárias para o atendimento dos alunos do Tempo Integral, conforme deveríamos, pois não dispomos de uma área coberta para o desenvolvimento das atividades extraclasse. Mas quando pensamos que sempre nos foi dado tão pouco, essa conquista é para nós um avanço muito grande. Com criatividade e disposição vamos adaptando ao espaço que possuímos e a qualidade do atendimento com as oficinas, alimentação, atendimento educacional e o empenho dos envolvidos, superamos algumas dificuldades.

Na Escola Municipal "Olegário Maciel" durante os turnos, os estudantes são recebidos e se encaminham para suas respectivas salas. Salientamos que a Escola possui três salas de aula, utilizadas pelas turmas do turno matutino e vespertino. No período integral atendemos aos alunos do Programa Mais Educação, que utilizam a biblioteca no turno matutino para as atividades que requerem sala de aula, sendo esta intercalada às necessidades de utilização

de outras turmas e ao planejamento dos professores, pois na escola não contamos com a sala destinada a eles. O pátio, o campo e o refeitório também estão destinados para as oficinas que são realizadas neste programa e para o lazer dos demais alunos durante os intervalos. No turno vespertino, uma das três salas fica ociosa, e esta é disponibilizada para os alunos do Programa Mais Educação. Neste turno a biblioteca é acessível para os trabalhos escolares ou pesquisas que são feitas pelos alunos da comunidade, para o atendimento da bolsa família e aos recursos multifuncionais contemplados a esta instituição de ensino.

Na escola, assim como, em toda a rede municipal de Esmeraldas, os níveis de ensino estão organizados em sistema de seriação, mas é preciso ressaltar que estamos passando por um processo de transição para o sistema de ciclos, onde o regimento está sendo reestruturado.

Desde o ano de 2012, além do professor regente da turma, o quadro docente foi acrescido com o Professor do Tempo Pedagógico, que trabalha com as disciplinas de História e Geografia, tendo o professor regente o tempo destinado ao seu planejamento, como determinado no Plano de Cargos e Carreira do Município de Esmeraldas.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Para entender a organização da Escola Municipal "Olegário Maciel" é preciso compreender o contexto em que ela está inserida, sendo uma escola localizada na zona rural, distante do centro do município, que atende da Educação Infantil ao 5º Ano das series iniciais do Ensino Fundamental. Conta com uma quantidade pequena de alunos, onde por muito tempo foi conduzida por uma professora coordenadora, posteriormente por gestores indicados pelos prefeitos em exercício, gerando um ambiente, onde prevaleceram por muitos anos, questões político-partidárias. Apenas agora, após a implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), e com o processo de eleição direta para gestores é que a escola atingiu um patamar democrático.

Hoje podemos dizer que a gestão da escola é participativa, procurando envolver toda a comunidade escolar no processo de ensino aprendizagem, bem como, os funcionários e o colegiado nas tomadas de decisões.

É preciso ressaltar que seguimos as orientações que nos são repassadas pela Secretaria Municipal de Educação de Esmeraldas, que por sua vez, segue as orientações estaduais, oriundas da Superintendência de Ensino, mais especificamente da Metropolitana B. Todas as ações relacionadas ao Calendário Escolar, dia "D", Planejamento, Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), Regimento e outras, que nos são destinadas por meio da Secretaria Municipal de Educação de Esmeraldas, são partilhadas com a equipe escolar, onde as analisamos em conjunto, procurando chegar a um consenso e executá-las da melhor forma possível.

Na Escola Municipal "Olegário Maciel", possuímos um quadro pequeno de professores, bem como equipe pedagógica, a direção e secretaria. Por não possuir pedagogos, supervisores ou coordenadores, as funções que seriam a eles delegadas, acabam por ficar a cargo da direção, tornado o trabalho mais desgastante, sendo este possível, pelo fato da escola poder contar com uma equipe de professores comprometida e podendo assim, a direção dividir a responsabilidade com sua equipe.

Como citado por Japecanga (2000), concernente ao processo de democratização das relações de trabalho na escola pública básica, a autora descreve que:

Compreender as relações de poder na escola é necessário para apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, sindicato, professores, diretores, coordenadores etc.). A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões. (JAPECANGA, 2000, p. 6).

Desta forma, podemos constatar que se a gestão não descentralizar as funções e obrigações, dividindo assim a responsabilidade procurando consolidar a autonomia, de nada adiantará a proposta para uma gestão democrática e participativa, caso contrário, reinará a hierarquia onde apenas uma pessoa considerar-se-á detentora do saber e possuidora do poder.

Na Escola Municipal "Olegário Maciel", além da equipe de professores que participa efetivamente nas questões pedagógicas, contamos com o apoio da secretaria e da coordenadora do Programa Mais Educação que participam juntamente com a direção nas tomadas de decisões e na resolução de problemas.

Quanto aos órgãos deliberativos que atuam diretamente na referida escola, contamos apenas com o colegiado escolar que é acionado sempre que necessário, principalmente para a deliberação de recursos e a fiscalização da prestação de contas.

Na busca da democracia nos processos de decisão estabelecidos na escola, vale ressaltar o que nos aponta Japecanga (2000) ao nos informar que:

A democracia não surge por acaso, bem como escolas democráticas, resultam de muitas lutas, conflitos e esperanças de uma sociedade, de escolas alternativas. Vale salientar que compreendemos a *participação como um processo em que todos aqueles diretamente envolvidos têm o direito de tomar decisões no interior de uma dada organização*. E no interior das escolas públicas faz-se necessário rever a esta ideia de participação que durante algum tempo foi bastante distorcida. (JAPECANGA, 2000, p. 6).

Por muitos anos, vivenciamos e aprendemos com situações das quais não gostaríamos de tornar a vivenciar, por isso, procuramos, no ambiente escolar, estabelecer relações democráticas, onde um possa ser o amparo do outro.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Na Escola Municipal "Olegário Maciel", atendemos no turno matutino os alunos do 3º, 4º e 5º Ano e no turno vespertino os alunos da Educação Infantil (1º e 2º

período) e do 1º e 2º Ano, sendo as turmas deste turno multisseriadas. Durante os turnos, permanecem na escola em tempo integral, os alunos do Programa Mais Educação.

Para cada turma há o professor gerente e o professor do tempo pedagógico que é intercalado para que o professor regente tenha o tempo dedicado ao seu planejamento. Contamos ainda com o professor de educação física e a professora responsável pelo Programa Mais Educação.

Entre os profissionais da escola, na parte administrativa, contamos com a direção, a secretaria e três funcionárias para os serviços gerais. Todos procurando exercer suas funções com presteza e determinação, num ambiente solidário, mas onde pessoas atuam, alguns conflitos são inevitáveis.

Quanto aos conflitos existentes, procuramos solucioná-los através do diálogo, não só entre funcionários, mas também com os alunos. Quando se faz necessário, algumas atividades são restritas aos alunos que "infringem" as regras, como forma de intervenção. Se a questão for mais séria a família é acionada para comparecer na escola, para que juntos possamos tomar as medidas necessárias.

Tratando da participação popular nas escolas que possuem uma gestão democrática, Sposito (2005) nos diz que:

A gestão democrática deve ser um instrumento de transformação das práticas escolares, não a sua reiteração. Este é o seu maior desafio, pois envolverá, necessariamente, a formulação de um novo projeto pedagógico. A abertura dos portões e muros escolares deve estar acompanhada da nova proposta pedagógica que a exija. Se as escolas não estiverem predispostas a essa mudança, a gestão e a melhoria da qualidade serão expressões esvaziadas de qualquer conteúdo substantivo. (SPOSITO, 2005, p. 55).

Desta forma, como citado pela autora, procuramos na gestão democrática essa *"transformação das práticas escolares"*, onde as normas devem estar bem estabelecidas, tanto para os funcionários quanto para os alunos, como rege o Regimento e o Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino. Para tanto

é preciso conscientizar a família sobre as normas existentes e "abrir os portões da escola" não só para as questões que envolvem a indisciplina dos alunos, mas para as que estão relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem.

A Escola Municipal "Olegário Maciel" está passando por mudanças e a estruturação deste processo é primordial para a garantia de um bom resultado em âmbito organizacional e educacional. A escola através de seus representantes procura meios para estreitar as distâncias e tornar a comunidade mais participativa e atuante.

7. AVALIAÇÃO

Na Escola Municipal "Olegário Maciel", buscamos uma forma de avaliação que considere o conhecimento prévio do aluno, tendo como princípios a avaliação diagnóstica, e através dela, traçamos metas e intervenções pedagógicas, garantindo assim o bom desenvolvimento do educando, bem como, a avaliação formativa e a qualitativa, sendo estas aplicadas continuamente, para o acompanhamento da aprendizagem. Considerando as ideias de Navarro(2004), acerca da avaliação enquanto processo e produto, pode-se constatar que:

Na avaliação a ser empreendida pelo Conselho Escolar, há de se considerar, além do "produto" expresso nas notas/menções dos estudantes, o "processo" pelo qual se deu essa aprendizagem, revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros. (NAVARRO, 2004, p. 1).

Temos essa consciência expressa na realidade em que nossos alunos estão inseridos, e tomamos o mesmo cuidado para com os alunos que vêm de outras regiões. Realizamos um diagnóstico do seu conhecimento prévio, para dar continuidade ao processo de ensino aprendizagem, dentro de suas necessidades.

Após o diagnóstico, os alunos são avaliados de acordo com seu desenvolvimento no decorrer do percurso, com atividades pertinentes, trabalhos, provas dentro dos conteúdos estudados, intervenções e outros. Temos o cuidado de registrar através de relatórios a desenvoltura do aluno,

acompanhando assim o seu desenvolvimento e procurando meios para sanar as suas dificuldades, como citado pela autora Navarro (2004), quando descreve que:

Para avaliar algum objeto é fundamental que sejam estabelecidos critérios. Caso contrário, não se saberá o que olhar o que observar e, nem mesmo, o que perguntar. Assim, no acompanhamento corresponsável do desenvolvimento do processo educativo, cabe ao Conselho Escolar identificar os aspectos a serem avaliados e quais os que podem ser considerados adequados ao trabalho desenvolvido. (NAVARRO, 2004, p. 1).

No decorrer do ano letivo, os alunos são avaliados a cada bimestre por seus docentes, e os resultados proporcionam a autoavaliação da prática pedagógica do professor, favorecendo a análise da conduta na escola, onde visualizamos a objetividade dos métodos utilizados e reavaliamos a metodologia empregada, buscando alcançar melhores resultados, tanto para as avaliações internas quanto para as externas, assim como, nos descreve Navarro (2004), quando cita que:

Ao desenvolver uma avaliação própria, além das demandadas pelos respectivos sistemas de ensino, o Conselho Escolar acaba por estabelecer a melhor estratégia para esse acompanhamento. Vale ressaltar a necessidade de situar a abrangência da avaliação, de acordo com as possibilidades concretas da escola. (NAVARRO, 2004, p. 2).

Quanto às avaliações externas, temos a preocupação em preparar não só os nossos alunos, mas conscientizar toda a comunidade escolar sobre sua importância, conseguindo desta forma, garantir a presença da maioria dos alunos no dia das avaliações. Quanto às avaliações internas, se o aluno não tem a oportunidade de realizá-la no dia determinado, a família tem o cuidado de justificar a falta do aluno e o professor é comunicado para que possa reservar a avaliação e aplica-la posteriormente, para o aluno que estava impossibilitado de comparecer.

Na Escola Municipal "Olegário Maciel" existe uma preocupação por parte da direção em não utilizar a famosa regra de três para o registro de notas, caso o aluno não tenha concluído o bimestre. Para estes, há uma solicitação para que

o professor utilize as avaliações diagnósticas, fazendo assim, uma sondagem do conhecimento prévio do aluno. Porventura este aluno não seja bem sucedido no processo de avaliação, são realizadas intervenções para que as dificuldades sejam sanadas.

Compreendemos que muitos métodos de avaliação, muitas vezes não conseguem definir com presteza o verdadeiro valor do conhecimento adquirido pelo aluno, mas estes métodos são necessários, cabendo a nós, torná-los menos desgastantes, e encontrar meios para avaliar o aluno na sua totalidade e não somente nos registros resultantes das avaliações.

Na rede municipal de ensino de Esmeraldas o ano letivo está organizado em bimestres, sendo as notas distribuídas em 25 pontos para cada bimestre, entre avaliações e trabalhos, com uma média de 15 pontos. Para os alunos que não alcançarem o desempenho satisfatório dentro da média determinada, são feitas intervenções e avaliações paralelas. Para os alunos que não forem bem sucedidos, são aplicadas as avaliações finais e se necessário os estudos autônomos, para que o educando possa alcançar dos 100 pontos determinados à média de 60 pontos exigida para que o aluno seja aprovado no final do ano letivo.

Em relação ao processo de avaliação dos professores e gestores do município de Esmeraldas, ressaltamos que a avaliação de desempenho não é muito frequente. Em determinado período a avaliação de desempenho foi aplicada pelo gestor aos funcionários, sem que estes obtivessem qualquer respaldo sobre a avaliação. Em outro período, após a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do município de Esmeraldas, uma comissão foi formada para junto com os gestores avaliarem os funcionários da escola e a comissão tinha a incumbência de avaliar os gestores.

Atualmente existem rumores de que a avaliação de desempenho será restituída de forma mais eficaz, pois esta é uma forma de diagnosticar o desempenho dos profissionais da educação para que intervenções possam ser traçadas em prol da qualidade da educação do município.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos através deste trabalho, relatar a rotina da Escola Municipal "Olegário Maciel", apresentando sua estrutura física e administrativa, o envolvimento entre alunos, funcionários e a comunidade escolar, que fazem parte do processo de ensino aprendizagem, sua dimensão pedagógica e o currículo que a define, caracterizando sua realidade e dificuldades, dentro das diretrizes desta Instituição de ensino de acordo com o Projeto Político Pedagógico.

Em seu texto, *A Construção Coletiva do Projeto Político Pedagógico*, Oliveira (2005), descreve que:

As pressões para que as escolas se ajustem às mudanças em curso estão trazendo implicações substantivas para a construção do projeto político-pedagógico (PPP) da escola, uma vez que este nem sempre passa a representar o *corpo e a alma da escola*, ou melhor, o que ela realmente é, o que a caracteriza e orienta a ação educativa. O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de *educar bem* e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2005, p. 1).

Neste sentido é possível visualizar na culminância deste trabalho, a importância fundamental do Projeto Político Pedagógico, como um instrumento norteador para o desenvolvimento das atividades nas unidades escolares. É através dele que a escola traçará suas metas, seus planos e objetivos a serem desenvolvidos no decorrer do percurso, de forma estruturada e consolidada juntamente com a comunidade escolar, para que assim, possa ter a organização necessária para a efetivação de suas atividades.

Faz-se necessário à integração de todos, onde a direção, de forma democrática e participativa, estimule o envolvimento, abrindo os portões da escola, para que a comunidade participe efetivamente no processo de ensino e aprendizagem.

Cabe à escola, buscar meios para o desenvolvimento e consolidação do que é proposto neste trabalho, analisar o que está descrito, e desta forma, seguir as orientações que o definem.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (2003). Educação Especial: as Diretrizes Operacionais para o Ensino de Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (2003). Educação Especial: as Diretrizes Operacionais para o Ensino de Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (2003). Educação Especial: as Diretrizes Operacionais para o Ensino de Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (2003). Educação Especial: as Diretrizes Operacionais para o Ensino de Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (2003). Educação Especial: as Diretrizes Operacionais para o Ensino de Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (2003). Educação Especial: as Diretrizes Operacionais para o Ensino de Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (2003). Educação Especial: as Diretrizes Operacionais para o Ensino de Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (2003). Educação Especial: as Diretrizes Operacionais para o Ensino de Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (2003). Educação Especial: as Diretrizes Operacionais para o Ensino de Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (2003). Educação Especial: as Diretrizes Operacionais para o Ensino de Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP.

9. REFERÊNCIAS

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em 29/06/2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 29/06/2014.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf. Acesso em 29/06/2014.

ESCOLA MUNICIPAL "OLEGÁRIO MACIEL". **Projeto Político Pedagógico**. Esmeraldas, MG. 2014.

PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS. **Lei 2364**. Esmeraldas, MG. 2011.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica**. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>. Acesso em 29/06/2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 08/07/2014.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.) **Avaliação: o processo e o produto**. Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 38-40. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII). Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 29/06/2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 29/06/2014.

SACRISTAN, J. Gimeno, **O Currículo: Uma Reflexão Sobre a Prática**; trad. Ernani F. da F. Rosa – 3.ed.- Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SPÓSITO, Marília P. **Educação, gestão democrática e participação popular.** In: BASTOS, J. B. (org.) *Gestão democrática.* Rio de Janeiro: DPA Editora, 2005.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. **Planejamento e trabalho coletivo.** Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.15-22. 68 p. - (Gestão e avaliação da escola pública; 1). Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 29/06/2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Níveis do planejamento educacional.** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.